



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
Conselho Superior

RESOLUÇÃO 99/2023 - CONSUP/RE/IFAP

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº 23228.002344.2023-99 e as deliberações na 62ª reunião ordinária do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP.

Art. 2º Esta resolução entrar em vigor a partir da data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Romaro Antonio Silva, REITOR - PRES. CONS - GAB**, em 21/12/2023 12:16:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 79891

Código de Autenticação: d8b22b1c7a



Rodovia BR 210, KM 03, s/n, Brasil Novo, MACAPÁ / AP, CEP 68.909-398



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS MACAPÁ

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO ESTRATÉGICA EM SEGURANÇA PÚBLICA**

PROJETO PEDAGÓGICO

**Macapá-AP
Novembro/2023**

Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida
REITORA

Romaro Antônio Silva
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROEPPi

Welber Carlos Andrade da Silva
DIRETOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Mábia Nunes Toscano
COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Márcio Getúlio Prado de Castro
DIRETOR GERAL DO CAMPUS MACAPÁ

Marcus Vinicius da Silva Buraslan
DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS MACAPÁ

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO
PORTARIA Nº 821/2023 – GAB/RE/IFAP/

Mabia Nunes Toscano

Risonete Santiago da Costa

Sandra Ines Horn Bohm

Leandro Gomes de Oliveira

Thalita Jamille Barbosa Moraes (3072976

Kledson Barbosa do Rosário

Leidiane Lima de Souza

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	06
2	JUSTIFICATIVA	07
3	HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	08
4	CONCEPÇÃO DO CURSO	04
5	DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	10
6	VIABILIDADE TÉCNICA PARA A OFERTA	10
7	OBJETIVOS	10
7.1	OBJETIVO GERAL	10
7.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
8	PÚBLICO ALVO E REQUISITO DE ACESSO	11
9	PROCESSO SELETIVO	11
10	CARGA HORÁRIA E PERÍODO DO CURSO	12
10.1	PERÍODO	12
11	CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	12
12	PERFIL DOCENTE	13
13	COORDENAÇÃO DO CURSO	14
14	MATRIZ CURRICULAR	15
14.1	EMENTÁRIOS	16
15	INFRAESTRUTURA E RECURSOS TECNOLÓGICOS	23
16	INDICADORES DE DESEMPENHO	24
17	METODOLOGIA	24

17.1	INTERDISCIPLINARIDADE	25
17	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	25
18	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	26
18.1	VERSÃO FINAL DO ARTIGO	27
19	LINHAS DE PESQUISA	28
20	CERTIFICAÇÃO	29
21	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE
CNPJ: 10.820 882/0007-80
Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Esfera Administrativa: Federal
Endereço: Rodovia BR 210 KM 3, s/n - Bairro Brasil Novo.
Cidade/UF/CEP: Macapá/AP CEP: 68.909-398
Telefone: (96) 3198-2176
E-mail de contato: dirgeral.macapa@ifap.edu.br
Site: www.ifap.edu.br

Denominação do Curso: Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Estratégica em Segurança Pública.
Área: Segurança Pública
Habilitação: Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública
Turno de funcionamento: Matutino e vespertino
Número de vagas: 50
Carga horária total: 420 horas
Integralização Curricular: 06 meses
Modalidade: Presencial
Coordenador(a) do Curso: A definir

2 JUSTIFICATIVA

A categoria dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Amapá – PM/BM - AP tem diversos papéis dentro do contexto de enfrentamento à criminalidade no atual cenário da Segurança Pública, sendo que um deles diz respeito à qualificação e capacitação técnica de seus integrantes, condições consideradas imprescindíveis dentro do novo modelo de polícia cidadã e de resolução de problemas.

Nesse direcionamento, ressaltem-se as diversas discussões que têm se desdobrado em diretrizes nacionais emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP para a formação e aperfeiçoamento dos profissionais da área de Segurança Pública, sobressaindo-se um referencial teórico-metodológico calcado principalmente no seguinte paradigma: A formação e a capacitação são como um processo complexo e contínuo de desenvolvimento de competências, estimulando os profissionais da área de Segurança Pública a buscarem a atualização profissional necessária para acompanhar as exigências da sociedade contemporânea relacionadas à sua área de atuação e ao desempenho das suas funções, tornando-se, assim, competentes e compromissados com aquilo que está no campo de ação da sua prática profissional.

Em face dessa perspectiva, o aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública e agentes gerenciais de Segurança Pública, diga-se no âmbito do oficialato da PM/BM/AP, faz-se urgente e necessário, não se esgotando na mera qualificação profissional, já que se pretende avançar no viés da educação integrada aos diversos perfis de atuação destes agentes, quais sejam o ético, político, administrativo, jurídico e operacional, com o seu respectivo alinhamento à política de Segurança Pública do Amapá, encampada na filosofia norteadora da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, gerando conhecimentos e consequente retorno à sociedade.

Tal contexto, evidencia a importância do Curso Superior de Polícia (CSP), no nível de aperfeiçoamento, destinado aos profissionais da segurança pública, policiais militares, bombeiros militares, formação de oficiais superiores ao posto de Coronel da Polícia Militar do Amapá ou do Corpo de Bombeiro Militar, profissionais interessados e também aos profissionais responsáveis pelo gerenciamento de alto escalão da Segurança Pública do Estado, como forma de

aprimoramento da formação profissional dos oficiais da Polícia Militar do Amapá obtidas nos Cursos de Formação (CFO) e de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), objetivando o seu ajustamento frente às mudanças operadas nas diferentes áreas do conhecimento, bem como seu consequente direcionamento para o perfil profissional desejado no nível nacional.

Este curso também assegurará a fluidez na ascensão da carreira profissional promoção de oficiais na Corporação, que é garantida por meio das normas vigentes que regulam a promoção de oficiais na Corporação, a exemplo do art. 2º e 13 da Lei de Promoção de Oficiais (Lei n.º 6.752 de 17 de dezembro de 1979) c/c o art. 9º, III, do Decreto que regulamenta a referida Lei (Dec. n.º 022 de 17 de Abril de 1990), que estabelece como requisito para a promoção ao posto de coronel a participação no Curso Superior de Polícia.

Em vista desse contexto, como estratégia para contemplar as rápidas mudanças que ocorrem no âmbito da Segurança Pública, resultantes das inovações do processo produtivo e da complexidade que caracteriza as relações sociais, faz-se mister disponibilizar uma estrutura curricular específica para o aprimoramento dos oficiais superiores, e com isso, garantir além da ascensão na carreira, a necessária continuidade do aperfeiçoamento de seus profissionais.

Vale apontar, que a oferta do Curso no próprio Estado do Amapá, não só irá garantir maior economicidade para o aperfeiçoamento de profissionais da segurança pública, policiais militares, bombeiros militares, possibilitando à ascensão de Oficiais Superiores ao posto de Coronel da Polícia Militar do Amapá ou Corpo de Bombeiro Militar e outros profissionais interessados, que permitirá de forma mais célere o preenchimento de requisito necessário para promoção ao posto superior, ao tempo em que, colabora na formação contínua dos profissionais, aprimorando o seu conhecimento técnico-profissional e consequentemente a prestação de serviços à comunidade amapaense.

3 BREVE HISTÓRICO DO IFAP

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) começa em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei no 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC no 1066 atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica

do Pará (Cefet/PA) o encargo de implantar a ETFAP. Para tomar a frente das articulações locais e viabilizar a implantação da então Escola Técnica Federal do Amapá, a Portaria MEC no 1199, de 12 de dezembro de 2007, nomeia o professor Emanuel Alves de Moura para exercer o cargo de Diretor-Geral *Pró-Tempore*.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei no 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transforma a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais. Dando continuidade ao processo de implantação, o professor Emanuel Alves de Moura é nomeado reitor *Pró-Tempore*, pela Portaria MEC 021/2009, de 7 de janeiro de 2009.

Em 2015, o IFAP realizou sua primeira consulta à comunidade para escolha do gestor máximo da instituição, sendo eleita a professora Marialva do Socorro Ramalho Oliveira de Almeida, nomeada reitora com mandato até 2019, reeleita ao segundo mandato até 2023.

Além da Reitoria, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá é constituído pelos *campi* Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana, além do *campus* Avançado Oiapoque e do Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari, estrategicamente localizados para contribuir com o desenvolvimento do estado.

Como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, a partir de 2010, seguindo a política de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFAP passa a ofertar gradativamente cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico, com o compromisso de viabilizar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

4 CONCEPÇÃO DO CURSO

O grande desafio do profissional de segurança pública é assegurar a segurança pública como um direito fundamental previsto na Constituição Federal, portanto, direito de todos. Neste sentido, a busca-se no desenvolvimento das disciplinas conhecimentos práticas e estratégias em Segurança Pública, totalmente

focados em prover competências e habilidades para atuar frente a política, investigação e planejamento deste intrincado segmento. O curso tem enfoque na gestão estratégica e operacionalização do segmento da segurança pública.

5 DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

O Curso Pós-graduação (Lato Sensu) Gestão Estratégica em Segurança Pública está voltado a profissionais da segurança pública, tais como policiais militares ou bombeiros militares, oficiais superiores do quadro combatente das corporações, no intuito de possibilitar ascensão ao posto de Coronel da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar e outros profissionais interessados. A oferta ocorrerá por meio Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) em parceria com a Polícia Militar do Amapá (PM/AP) e/ou Corpo de Bombeiro Militar (CBM/AP) ou outras instituições, em consonância com os *Campi* desta instituição que poderá ocorrer de diversas maneiras: por meio de convênio, cooperação técnica, recursos próprios ou outras formas de oferta.

6 VIABILIDADE TÉCNICA PARA A OFERTA

O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica em Segurança Pública compreenderá dois módulos: Acadêmico e Técnico-profissional, integralizando um quantitativo de 13 (treze) disciplinas, com carga horária total de 420 horas/aulas e previsão de duração de até 06 (seis) meses, conforme consta nesse Projeto Pedagógico de Curso, bem como realização de viagem a fim de executar trabalhos de campo, visitas técnicas e/ou outras atividades práticas, condicionada à aprovação e a disponibilidade orçamentária-financeira da corporação.

O curso possui carga horária de 420 (quatrocentos e vinte) horas deverá com sendo: 150 (cento e cinquenta) horas para o módulo acadêmico e 270 (duzentos e setenta) horas para o módulo técnico-profissional, nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração e entrega do Artigo Científico.

7 OBJETIVOS

7.1 Objetivo Geral

- Promover o aperfeiçoamento dos profissionais atuantes na área de segurança pública, tais como policiais militares ou bombeiros militares, oficiais superiores do quadro combatente das corporações, no intuito de possibilitar ascensão ao posto de Coronel da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar e outros profissionais interessados.

7.2 Objetivos Específicos

- a) Desenvolver habilidades técnicas e acadêmicas inerentes aos conteúdos ministrados;
- b) Possibilitar aos Oficiais e outros profissionais o desenvolvimento sistêmico de atividades práticas relativas à segurança pública;
- c) Viabilizar a formação de conceitos e premissas que auxiliem o melhor desempenho dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amapá;
- d) Formar profissionais com competências e habilidades estratégicas para atuar frente a segurança pública no âmbito político, na gestão, investigação e planejamento.

8 PÚBLICO-ALVO

O Curso de Pós-graduação (Lato Sensu) em Gestão Estratégica em Segurança Pública terá como público-alvo profissionais da segurança pública, tais como policiais militares ou bombeiros militares, oficiais superiores do quadro combatente das corporações, no intuito de possibilitar ascensão ao posto de Coronel da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar e outros profissionais interessados, que sejam portadores de diplomas de graduação, emitidos por entidades reconhecidas pelo MEC ou por órgãos autorizados.

9 PROCESSO SELETIVO E INGRESSO

O processo de seleção será realizado por meio de Edital publicado pelo Instituto Federal do Amapá e/ou instituição que realizou cooperação técnica, cuja seleção ficará sob responsabilidade de uma comissão central. No edital constará os documentos necessários para inscrição de acordo com as exigências do registro acadêmico.

10 PERFIL DO EGRESSO

Formar profissionais com competências e habilidades estratégicas para atuar frente a segurança pública no âmbito da político, na gestão, investigação e planejamento deste segmento. O curso tem enfoque na gestão financeira, estratégica e operacionalização do segmento da segurança pública. Que também atuará na capacitação de Oficiais superiores do quadro combatente, nos postos de Tenente-Coronel ou Majores, visando promover o competente exercício dos cargos próprios de Comando e Estado Maior da PM/BM/AP.

11 CARGA HORÁRIA E PERÍODO DO CURSO

A carga-horária do curso está organizada da seguinte maneira:

ORGANIZAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
EIXO TEMÁTICO I: Esfera Pública, Conflitualidades, Controle Social e Cidadania (90 h/a) Metodológico (60h/a)	150
EIXO TEMÁTICO II: Cotidiano e Prática Reflexiva (270h/a)	270
Total de componentes curriculares obrigatórios	420
Carga horária total do curso	420

O curso é composto por dois eixos temáticos que abrigam componentes curriculares obrigatórios mais Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O curso possui carga-horária de 420 horas que podem ser presenciais e/ou na modalidade híbrida (presencial e remota) com a possibilidade de utilização de plataformas de vídeos, conferências e classes virtuais.

11.1 Período

O curso será ministrado por meio de módulos de disciplinas, que totalizarão a carga horária de 420h, tendo em seu calendário a totalidade da formação

em no máximo 06 (seis) meses. O período de realização do curso compreende a oferta das disciplinas obrigatórias.

12 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

O corpo docente e técnico administrativo do curso será composto por: docentes efetivos, convidados, cooperação técnica ou por meio de edital de seleção para contratação, observando a formação exigida para cada componente curricular.

Em observância à RESOLUÇÃO Nº 07/2019 CONSUP/IFAP. DE 08 DE JANEIRO DE 2019, consta:

Art. 37 O corpo docente dos cursos de pós-graduação lato sensu deverá ser composto por pelo menos 70% (setenta por cento) de docentes do Ifap e pelo menos 50% (cinquenta por cento) desses professores devem apresentar titulação de mestre ou doutor, obtido em programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pela Capes ou pelo CNE.

O docente deverá estruturar seu plano de ensino e materiais pedagógicos (textos, slides e outros) e enviá-los à Coordenação do Curso em até 05 (cinco) dias antes do início de sua disciplina. Os docentes do curso são responsáveis pelo registro e acompanhamento da frequência discente em suas disciplinas. Ao concluir o componente curricular terá no máximo 05 (cinco) dias para total preenchimento do Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP,

12.1 Perfil docente

Item	Componentes Curriculares	Formação Exigida
01	Ética, Direitos Humanos e Segurança Pública	Graduação em Direito com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Segurança Pública;
02	Gestão de Processos	Graduação em Curso de Formação de Oficiais; Graduação em Administração com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Gestão Administrativa ou Gestão de Projetos ou áreas afins;
03	Geopolítica e Grandes Projetos na Amazônia	Graduação em Geografia com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Conhecimentos Amazônicos ou áreas afins;
04	Metodologia da Pesquisa Científica	Graduação em nível Superior com Especialização, Mestrado ou Doutorado;
05	Gestão Estratégica de Pessoas	Graduação em Administração ou Ciências Sociais com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Gestão Administrativa ou Gestão de Pessoas ou de Projetos;

06	Gestão Orçamentária e Financeira	Graduação em Administração ou Ciências Contábeis com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Gestão Administrativa ou Gestão Financeira ou áreas afins;
07	Gestão de Logística e Materiais	Graduação em Administração ou Logística com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Gestão Administrativa, Gestão Financeira, Gestão de Materiais ou áreas afins;
08	Planejamento Estratégico em Segurança Pública	Graduação em Curso de Instrutor de Educação Física com Especialização, Mestrado ou Doutorado e experiência em segurança pública;
09	Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública	Graduação em Matemática ou Tecnologia da Informação com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Informática e experiência em segurança pública;
10	Relações Internacionais e Segurança Pública	Graduação em Geografia ou Graduação em Relações Internacionais com Especialização, Mestrado ou Doutorado na área de segurança pública;
11	Inteligência Estratégica em Segurança Pública	Graduação em Direito ou Graduação em Curso de Formação de Oficiais com Especialização, Mestrado ou Doutorado e experiência na área de segurança pública;
12	Gestão Estratégica de Operações Integradas	Graduação em Curso de Engenharia de Incêndio com Especialização, Mestrado ou Doutorado em Gestão Estratégica na área de segurança pública;
13	TCC	Graduação em qualquer área com Especialização, Mestrado ou Doutorado;

13 COORDENAÇÃO DO CURSO

O (a) coordenador (a) do Curso, considerando os modelos e práticas de gestão, em especial aqueles associados ao uso das novas tecnologias da informação, deve ser um profissional que incentive e favoreça a crítica e a criatividade de todos os envolvidos no processo educacional. Este profissional, além de ser referência acadêmica no desenvolvimento da gestão pedagógica do projeto do curso, atuará como articulador entre o Curso e a comunidade externa.

O curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica em Segurança Pública, quando for realizado por meio de cooperação técnica terá o Coordenador indicado ou selecionado pelo IFAP e representante da instituição cooperada que atuará como Supervisor Institucional.

A titulação do Coordenador do Curso deverá ser no mínimo a de mestrado, pois além de coordenar docentes portadores desses títulos, também precisará ter experiência com metodologias da pesquisa científica.

14 MATRIZ CURRICULAR

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica em Segurança Pública organizado em dois módulos obrigatórios.

No Módulo I, intitulado Módulo Acadêmico, são abordados conteúdos introdutórios, porém fundamentais para a formação do especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública.

O Módulo II, denominado Técnico-Profissional, concebido para instrumentalizar o cursista com conhecimentos imprescindíveis para a maior efetividade das tarefas inerentes à segurança pública.

MÓDULO I – ACADÊMICO		
Eixos Temáticos	Disciplina	CH
Metodológico (60h/a)	1. Metodologia da Pesquisa Científica	30
	2. Ética, Direitos Humanos e Segurança Pública	30
Esfera Pública, Conflitualidades, Controle Social e Cidadania (90 h/a)	3. Gestão de Processos	30
	4. Geopolítica e Grandes Projetos na Amazônia	30
	5. Gestão Estratégica de Pessoas e Clima Organizacional	30
Total (I)		150
MÓDULO II – TÉCNICO-PROFISSIONAL		
Cotidiano e Prática Reflexiva (270h/a)	6. Gestão Orçamentária e Financeira	40
	7. Gestão de Logística e Materiais	30
	8. Planejamento Estratégico em Segurança Pública	40
	9. Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública	30
	10. Relações Internacionais e Segurança Pública	30
	11. Inteligência Estratégica em Segurança Pública	30
	12. Gestão Estratégica de Operações Integradas	40

	13. Trabalho de Conclusão de Curso	30
Total (II)		270
TOTAL (I e II)		420

14.1 EMENTÁRIOS

MÓDULO I – ACADÊMICO (150 h/a)	
Eixo Temático: Esfera Pública e Conflitualidades e Controle Social e Cidadania (90 h/a)	
DISCIPLINA: 01 – Ética, Direitos Humanos e Segurança Pública (30 h/a)	
EMENTA	Conceito e classificação dos direitos humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sistema global e interamericano de proteção aos direitos humanos. Tratados internacionais e legislações domésticas que dispõem sobre grupos vulneráveis (mulheres, crianças e adolescentes, idosos). Mecanismos nacionais para aplicação das normas jurídicas.
Referencial Bibliográfico Sugerido	ALVES, J. A. Lindgren. Os direitos humanos como tema global . São Paulo: Perspectiva, 1994. COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . 3. ed., rev. e amp. São Paulo: Saraiva 2003. CURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. Estatuto da criança e do adolescente comentado . Comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 1992. NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da criança e do adolescente comentado . São Paulo: Saraiva, 1991. PIOVESAN, Flávia. O sistema interamericano de direitos humanos . 2. ed., São Paulo: Revistas dos tribunais, 2002. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 5. ed., rev. e amp. São Paulo: Max Limonad, 2002. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil . 2. ed., Brasília: UNB, 2000. TRINDADE, José Damiano de Lima. História social dos direitos humanos . São Paulo: Petrópolis, 2006. VILAS BOAS, Marco Antonio. Estatuto do idoso comentado . Rio de Janeiro: Forense, 2005.
DISCIPLINA: 02 - Gestão de Processos (30 h/a)	
EMENTA	Conceitos básicos de processo e gestão de processos. Gestão de processo de negócio, estrutura da organização. Etapas da gestão de processos, instrumentos de análise e gestão de processos. Ciclo PDCA, tecnologias de gestão de processos (PRODOC, SEI, 1DOC e outros). Análise e distribuição do trabalho nas divisões e setores, organização de sistemas e métodos aplicados a gestão de processos. Formulários e manuais da organização. Mapeamento de processos. Elaboração de mapa de processo através do Bizagi Modeler. A organização como um macroprocesso.
Referencial Bibliográfico Sugerido	ABPMP, Association Of Business Process Management Professionals - (Org.). Guia para o gerenciamento de processos de negócio : Corpo de conhecimento ABPMP BPM. AMAPÁ. PMAP. Polícia Militar. Comando Geral. Planejamento

	<p>Estratégico PMAP 2020-2024. Macapá: PMAP, 2020. CD-ROM.</p> <p>BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. SECRETARIA DE GESTÃO. Guia D simplificação / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. 2a ed. – Brasília : MPOG/SEGES, 2006. 240 p. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2019.</p> <p>GARCIA, Adriano Adriano Lozano; FURTADO, Reydner Garbero. O Business Process Management (BPM) aplicado na central de polícia judiciária de Americana (SP). Revista Tecnológica da Fatec Americana, Americana, v. 05, n. 01, p.26-47, out. 2016. Semestral. Disponível em: <http://www.fatec.edu.br>. Acesso em: 10 mar. 2019.</p> <p>GONÇALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de processos. Rae: Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 01, p.6-19, jan 2000. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n1/v40n1a02.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019a.</p> <p>GONÇALVES, José Ernesto Lima. Processo, que processo? Rae: Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 04, p.6-19, out 2000. Trimestral. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000400002>. Acesso em: 12 mar. 2019b.</p> <p>KIRCHOF, Egon. BPMN em exemplos: aprenda a desenhar processos de negócio no modelador bizagi. Rio de Janeiro, Egon Kirchof, 2015. 154 p.</p> <p>PAVANI JÚNIOR, Orlando & SCUCUGLIA, Rafael. Mapeamento e Gestão por Processos – BPM: gestão orientada à entrega por meio de objetos. Metodologia GAUSS. São Paulo: M.Books, 2011. CD-ROM. E-BOOK KINDLE.</p> <p>SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 5a Edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.</p>
DISCIPLINA: 03 - Geopolítica e Grandes Projetos na Amazônia (30 h/a)	
EMENTA	Os grandes projetos na Amazônia Contemporânea. Principais impactos socioambientais. Conflitos entre Estado e Sociedade. Política nacional de defesa.
Referencial Bibliográfico o Sugerido	<p>SANTOS, M. os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Gráfica Editora da UFPA, 1994.</p> <p>NERI, Marcelo Côrtes; MELO, Luisa C. Coutinho de; MONTE, Samanta dos Reis Sacramento. Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. 312 p.</p> <p>BECKER, B. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.</p> <p>BECKER, B. K.; EGLER, C. A. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.</p>

	<p>BRASIL. Ministério da Defesa. Política nacional de defesa: estratégia nacional de defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.</p> <p>RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.</p> <p>REIS, A. C F. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1973.</p>
Eixo Temático: Metodológico (60 h/a)	
DISCIPLINA: 04 - Metodologia da Pesquisa Científica (30 h/a)	
EMENTA	Tipos de trabalhos acadêmicos; Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos; Comunicação científica. Técnicas de estudo científico e Gêneros acadêmicos.
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>AZEVEDO, Israel Belo de. O prazer da produção científica: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Hagnos, 2004. 205 p.</p> <p>BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente; MARTIM, Irineu; GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.</p> <p>LENGRAND, Paul. Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 104 p.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>MORAES, R. Uma tempestade de Luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Ciência e Educação. v.9, n.2, p. 191-211, 2003.</p> <p>MORIN, Edgar. Ciência com consciência. 8.ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.</p> <p>RICHARDSON, R, J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>SILVA, J. M. da; SILVEIRA, E. S. da. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.</p> <p>PEREIRA, CLEBER ROGÉRIO. Manual para Normatização de Trabalhos Acadêmicos do CBMDF. Revisão 2010.</p> <p>SANTOS, I. E. dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 9.ed. Niterói: Impetus, 2012.</p>
MÓDULO II – TÉCNICO-PROFISSIONAL (270 h/a)	
Eixo Temático: Cotidiano e Prática Reflexiva	
DISCIPLINA: 06 - Gestão Estratégica de Pessoas (30 h/a)	

EMENTA	Recursos humanos a gestão de pessoas; Estratégia Organizacional e estratégia de recursos humanos; Análise da política de recursos humanos; Plano de Cargos e salários; Plano de Desenvolvimento; O papel das áreas de recursos humanos, sua colaboração para o desempenho organizacional e indicadores; Gestão de Recursos Humanos e qualidade de vida no trabalho. Gestão de Pessoas e Recursos Humanos; Visão Estratégica de Recursos Humanos; Gestão por Competências; Gestão do Desempenho; Motivação; Delegação, Administração de Conflitos.
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>CHIAVENATO, Idalberto – Gestão de Pessoas, Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto – Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações, Editora Manole, Barueri, 2014.</p> <p>MOURA, Ana Rita e CARVALHO, Maria do Carmo – Libere sua Competência: transformando Angústia Existencial em Energia Motivacional, Editora Livros, Rio de Janeiro, 1999.</p> <p>MOTTA, Paulo Roberto – Transformação Organizacional, Editora Qualitymark, São Paulo, 1999.</p> <p>NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka – Criação de Conhecimento na Empresa, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.</p> <p>OLIVEIRA, Luana; <i>et al</i> – Gestão de Pessoas, Editora Bookman, Porto Alegre, 2018.</p> <p>SANTOS, Daniel; BARBOSA, Daiane; REQUENA, Ivan – Gestão de Pessoas: o potencial estratégico das organizações, Editora CRV, Curitiba, 2015.</p> <p>STEWART, Thomas – Capital Intelectual, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.</p>
DISCIPLINA: 07 - Gestão Orçamentária e Financeira no Amapá (30 h/a)	
EMENTA	Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Lei Orçamentária (LOA), receita orçamentária, despesa orçamentária e programação e execução financeira no setor público. Análise de alternativas de investimento e avaliação dos riscos a que a organização está exposta. Apresentação teórica e discussão sobre a administração de recursos financeiros com aplicação prática em estudos de casos.
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>BALLOU, Ronald H. Logística empresarial. São Paulo: Atlas, 1995. 388p.</p> <p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. Logística empresarial. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Pioneira, 1997. 240p.</p> <p>DORNIER, Philippe-Pierre (Org.). Logística e operações globais. São Paulo: Atlas, 2000. 721p.</p> <p>EHRBAR, AL. EVA - Valor econômico agregado. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. 174p.</p> <p>FLEURY, Paulo F.; WANKE, Peter; FIGUEIREDO, Kleber F. Logística empresarial. São Paulo: Atlas, 2000. 372p.</p> <p>KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. A estratégia em ação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1997. 344p.</p> <p>KOBAYASHI, Shun'ichi. Renovação da logística. São Paulo: Atlas,</p>

	<p>2000. 249p.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>HOJI, Masakazu. Administração financeira. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 2001.</p>
DISCIPLINA: 08 - Gestão de Logística e Materiais (30 h/a)	
EMENTA	Introdução à logística e distribuição de materiais. Armazenagem e embalagem. Segurança na movimentação de materiais. Custo e Investimentos Logísticos. Planejamento Logístico; Projetos de Sistemas Logísticos;
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>BALLOU, R. H. Logística Empresarial. São Paulo: Editora Atlas, 2007.</p> <p>PIRES, S. R. I. Gestão da Cadeia de Suprimentos (Supply Chain Management). São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p> <p>BOWERSOX, Donald. J. e CLOSS, David J. Logística Empresarial: O processo de integração da cadeia de suprimento. Ed. ATLAS, São Paulo, 2001.</p> <p>FLEURY, P. F. et al. Logística Empresarial: A perspectiva brasileira. São Paulo: Editora Atlas, 2009.</p> <p>CAXITO, F. et al. Logística: Um enfoque prático. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>NOVAES, A. G. Sistemas logísticos: transporte, armazenagem e distribuição física de produtos. Rio de Janeiro: Edgard Blücher, 1989.</p>
DISCIPLINA: 09 - Planejamento Estratégico em Segurança Pública (30 h/a)	
EMENTA	Tipos de Planejamentos. Análise de Cenários e Conjuntura. Fases e Dimensões do Planejamento. Gestão e Planejamento Governamental. Métodos e Instrumentos de Planejamento Utilizados no Setor Público. O Processo Decisório do Planejamento nos Níveis Estratégico, Tático e Operacional. Diretrizes e Instrumentos de Planejamento Para a Administração Pública Contemporâneos.
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>AMAPÁ. PMAP. Polícia Militar. Comando Geral. Planejamento Estratégico PMAP 2020-2024.</p> <p>MULLER, Claudio José. Planejamento estratégico, indicadores e processos.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado</p> <p>KARLOF, Bengt, Planejamento estratégico do negócio.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico - conceitos, metodologia.</p> <p>HARVARD Business Review. Planejamento estratégico.</p> <p>VALLE, Rogério, Análise e modelagem de processo de negócio.</p> <p>OLIVEIRA, Saulo Barbara de. Análise e Melhoria de Processos de Negócios.</p>

DISCIPLINA: 10 - Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública (30 h/a)	
EMENTA	<p>Conceitos e classificação de informação: A informação, sua classificação, rotulação, manuseio a gestão da segurança da informação, tópicos da norma iso 27001, otimização de processos, normalização de procedimentos, Melhoria Contínua de Serviço, criação de valor, Informação e Tecnologia, LGPD (lei geral de proteção de dados).</p> <p>Gestão Da Segurança e Software de Apoio a Tomada de Decisão: ERP (Sistema Integrado de Gestão Empresarial.) seu uso na gestão da segurança e de pessoas, tópico de ciências de dados, inteligência, Machine Learning, mineração de dados, scrum - criação e gestão de tarefas, diagramas de Gantt - mapeamento de tarefas, mapas de calor e tópicos de estatística aplicada à segurança pública, noção de bancos de dados relacionais.</p>
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>DIAS, Marco Aurélio Pereira. Administração de Materiais: princípios, conceitos e gestão. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>SABBAGH, Rafael. Scrum - Gestão ágil para Projetos de sucesso. São Paulo: casa do Código, 2020.</p> <p>NAVATHE, Shamkant. Sistema de Banco de Dados. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.</p> <p>HINTZBERGEN, Jule Fundamentos de Segurança da informação. São Paulo: Brasport, 2018.</p> <p>DONDA, Daniel. Guia prático de Implantação da LGPD. São Paulo: Labrador, 2020.</p>
DISCIPLINA: 11 - Relações Internacionais e Segurança Pública (30 h/a)	
EMENTA	<p>Estudo da comunidade internacional e sua regulamentação jurídica. Noções Gerais sobre as origens do ordenamento jurídico internacional, fontes formadoras e seu posicionamento no sistema brasileiro. Personalidade jurídica internacional. Os conflitos internacionais entre Estados e suas soluções. O domínio estatal e internacional. A proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente e o indivíduo como sujeito do direito internacional público.</p>
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Revistados Tribunais, 2006.</p> <p>ANDRADE, Agenor Pereira. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2006</p> <p>LITRENTTO, Oliveiros. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 1997.</p> <p>SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional</p>

	<p>Público. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional do Direitos Humanos. Porto Alegre: SAFE, 2003.</p> <p>GARCIA, Emerson. Proteção Internacional Dos Direitos Humanos. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>RAMOS, Andre de Carvalho. Teoria Geral Dos Direitos Humanos na Ordem Internacional - 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>
DISCIPLINA: 12 - Inteligência Estratégica em Segurança Pública (30 h/a)	
EMENTA	Histórico, Sistemas de Inteligência e Doutrina da Atividade de Inteligência. Fundamentos éticos e jurídicos de Inteligência de Segurança Pública. Metodologia de Produção de Conhecimentos. Documentos de Inteligência. Contraineligência. Operações de Inteligência. Tópicos Especiais.
Referencial Bibliográfico o Sugerido	<p>BRASIL. Doutrina nacional de inteligência de segurança pública. Ministério da Justiça: SENASP, 2009.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência e Segurança Pública no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br.</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2003. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021a. Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: http://www.gov.br/planalto/ptbr/acompanheplanalto/noticias/2021/08/politicanacional-de-inteligencia-de-seguranca-publica-e-instituida.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021b. Institui a estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/decreto/D10778.htm.</p> <p>CEPIK, M.A.C. Serviços de inteligência na era da informação. Revista de Sociologia Política. Curitiba: 2003.</p> <p>FURTADO, Vasco. Tecnologia e gestão da informação na segurança pública. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.</p> <p>GONÇALVES, Joannisval Brito. Terrorismo: conhecimento e combate. Niterói: Impetus, 2017.</p> <p>GONÇALVES, Anna Beatriz Ramalho. Atores Não-Estatais Violentos na América Latina e a Governança Informal: capacidades e potencialidades do Primeiro Comando da Capital (PCC). João Pessoa, 2020. Disponível em:</p>

	<p>https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17830/1/ABRG20072020.pdf.</p> <p>MINGARDI, Guaracy. O Estado e o crime organizado. São Paulo: IBCCrim, 1998.</p> <p>SANTOS, Layla Maria de Souza. Inteligência e segurança pública. Curitiba: IESD, 2020.</p> <p>SILVA, Wellington Clay Porcino. O conceito da atividade de inteligência policial. Conteúdo Jurídico, Brasília – DF: 09 nov 2012. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/32339/oconceito-da-atividadedeinteligencia-policial.</p> <p>TARAPANOV, Kira. Inteligência organizacional e competitiva. São Paulo: UNB, 2001.</p>
DISCIPLINA: 13 - Gestão Estratégica de Operações Integradas (30 h/a)	
EMENTA	Gestão Estratégica; Gestão Estratégica na Administração Pública; Gestão Estratégica na Segurança Pública; Gestão Integrada em Segurança Pública; Gestão Estratégica em Segurança Integrada.
Referencial Bibliográfico Sugerido	<p>Constituição Federal de 1988.</p> <p>Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021/2030 – Decreto nº10.822 de 28/09/2021.</p> <p>Plano Estadual de Segurança Pública 2021/2025 – SEJUSP/AP 2020.</p> <p>Gestão Estratégica em Segurança Pública – UNISUL, 2007.</p> <p>Gabinete de Gestão Integrada – MJSP, 2016.</p> <p>AMAPÁ. PMAP. Polícia Militar. Comando Geral. Planejamento Estratégico PMAP 2020-2024.</p>
DISCIPLINA: 13 – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (30 h/a)	
EMENTA	Acompanhamento e orientação para elaboração do trabalho de conclusão de curso, sobre tema do programa pertinente a qualquer das linhas de abordagem e temáticas designadas.

15 INFRAESTRUTURA E RECURSOS TECNOLÓGICOS

Ambientes Administrativo-Pedagógicos:

- Salas de Aula: com capacidade de até 50 carteiras, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia;
- Sala de Professores: Composta de mesas grandes, cadeiras acolchoadas, armários individuais para cada professor, televisor 55 polegadas, condicionador de ar, sala para planejamento que conta cabines para estudo individual e computadores com acesso à internet, uma copa e sanitários;
- Sala de Direção Geral;
- Sala de Direção de Ensino;
- Sala de Departamento de Apoio ao Ensino;
- Sala de Coordenação de Curso;

- Sala de Seção de Gerenciamento de Registro Escolar e Acadêmico;
- Sala de Departamento de Assistência Estudantil - DAES;
- Sala de Departamento de Pesquisa e Extensão – DEPEX;
- Sala de Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;
- Auditório: Com 384 lugares, camarim, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones;
- Biblioteca;
- Laboratórios de informática e redes de computadores;
- Lanchonete;
- Plataformas de acessibilidade

16 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores são instrumentos de apoio na avaliação do desempenho dos processos desenvolvidos. Para instituições de ensino, a avaliação do desempenho serve como instrumento de autoconhecimento, de tomada de decisão e de aperfeiçoamento permanente.

Os indicadores de desempenho são de grande importância tanto no aspecto de controle, para que o gestor possa tomar as decisões, quanto no sentido de alocar melhor o recurso para a otimização das atividades. Assim os seguintes indicadores deverão ser considerados ao final do curso: número de alunos formados; índice médio de evasão; produção científica; média de desempenho dos alunos; grau de aceitação dos egressos e outros.

17 METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada no Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública visa à integração entre teoria e prática. As aulas serão desenvolvidas de forma expositivas dialogadas; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas na internet; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problema; estudos de caso; estudo dirigido; visitas técnicas; aulas de campo, integração de conteúdo; entre outros

Também haverá aulas práticas, possibilitando que o pós-graduando discuta acerca do conhecimento a ser refletido, estudado, analisado e produzido,

sendo a prática a base para buscar a fundamentação teórica, visando à construção do conhecimento. Assim, no decorrer do curso irá promover ao pós-graduando motivação para debates sobre as principais questões e gestão das situações problemas.

17.1 Interdisciplinaridade

O ensino, com base na interdisciplinaridade, proporciona uma aprendizagem mais estruturada e rica, pois os conceitos estão organizados em torno de unidades globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas. Assim, opta-se por realizar a abordagem dos conteúdos das disciplinas de forma integrada, de maneira que os conhecimentos não sejam percebidos de modo estanque ou compartimentados, mas que esses possam ser o elo entre a teoria e a prática, com fito a produzir um artigo científico que envolva os conhecimentos das disciplinas trabalhadas no curso.

18 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada como parte integrante do processo educativo, que deverá acontecer ao longo do curso de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa.

Os instrumentos de avaliação serão compostos por provas, estudos de caso, trabalhos em grupo e individuais, relatórios e outros. A média mínima para aprovação será 7,0 (sete) pontos e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga do componente curricular.

Os pós-graduandos serão avaliados pela assiduidade, participação em sala de aula (realização de leituras obrigatórias, participação em seminários), desempenho nas atividades práticas, desempenho em trabalhos escritos exigidos durante o decorrer do módulo, trabalhos finais das disciplinas, produção de um artigo científico como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Todas as disciplinas são obrigatórias, caso o aluno seja reprovado em uma ou mais disciplinas, não será considerado concluinte até que seja aprovado nas referidas disciplinas e/ou equivalentes.

A defesa e a respectiva aprovação do artigo serão itens obrigatórios para a conclusão do curso. Será considerado aprovado, em cada módulo e disciplina o aluno que obtiver nota igual ou maior (\geq) que a 7,0 pontos.

Os professores, a coordenação do curso, o atendimento administrativo e as instalações físicas serão avaliados por meio de questionário de avaliação preenchido pelos alunos ao final de cada disciplina ofertada. O curso será avaliado também pela média de aprovação dos alunos e a qualidade dos artigos produzidos no trabalho de conclusão de curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, ao final das disciplinas, considerando o período previsto no calendário escolar, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, voltadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

Quanto a concessão de segunda chamada, ocorrerá conforme prevê a regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na Resolução nº 07/2019/CONSUP/IFAP nos parágrafos 1º e 2º do art. 25, transcrito abaixo:

Art. 25 O acadêmico que faltar a uma das avaliações, poderá requerê-la em segunda chamada, desde que apresente justificativa, até 5 (cinco) dias úteis após sua realização, ficando, a critério do professor, a designação de data.

§ 1º O conteúdo da avaliação em segunda chamada será o mesmo da avaliação em primeira chamada.

§ 2º O acadêmico poderá requerer uma única vez, por componente curricular, a avaliação em segunda chamada.

19 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a síntese e a produção de todo o conhecimento construído durante o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Metodologia do

Ensino de Ciências e Matemática, o qual será finalizado com a sua apresentação e entrega à Biblioteca do Ifap. Além de ser uma atividade de integração de conhecimentos, passa a constituir-se em um meio de contribuir na formação do perfil de habilidades e competências necessárias ao Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC será em formato de artigo e agendado pela coordenação de curso, mediante a solicitação oficializada pelo orientador, aprovado e homologado pelo colegiado do curso. A elaboração do artigo científico deverá ser baseada nos resultados obtidos por meio da realização de um trabalho construído em comum acordo entre cursista e professor orientador, conforme as diretrizes (linhas de pesquisa deste PPC).

De acordo com o art. 53 da Resolução CONSUP/IFAP No 07/2019, cada professor orientador poderá orientar até 5 (cinco) artigos científicos por curso de pós-graduação Lato Sensu. A defesa do artigo será apresentada, em seção pública, à banca examinadora composta por 3 (três) professores, sendo o orientador o presidente e, 2 (dois) professores com titulação mínima de especialista. O acadêmico deverá realizar a exposição pública do artigo científico em tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) minutos e máximo de 30 (trinta) minutos, podendo utilizar-se dos recursos didáticos que julgar necessários. Cada membro da banca examinadora terá 30 (trinta) minutos para fazer sua arguição em forma de diálogo. Será considerado aprovado o acadêmico que na apresentação e defesa do artigo científico obtiver a nota média mínima de 7 (sete), em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. O candidato que não obtiver aprovação no artigo científico será nova chance de defesa, em um prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar a partir da data da defesa anterior.

19.1 Versão final do Artigo

Após a defesa do trabalho final, em comum acordo com o orientador, o acadêmico fará as correções necessárias e providenciará 02 (duas) cópias digitais, em formato PDF, entregando à coordenação do curso, que serão destinadas: 01 (uma) cópia digital para envio à biblioteca da IFAP; 01 (uma) cópia digital à Coordenação do Curso.

Quando houver sugestões de correções da banca examinadora, fica estipulado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da data da defesa, para a entrega da versão final à coordenação de curso.

O acadêmico que não entregar a versão final no prazo máximo de 30 (trinta) dias ficará sujeito à penalidade de não receber a devida titulação.

O aluno deverá apresentar proposta dentro das linhas de pesquisa atinentes ao curso.

20 LINHAS DE PESQUISA

LINHAS	ENFOQUES
<p>1 - Gestão Estratégica em Segurança Pública. (tem por finalidade analisar e avaliar projetos e ações da gestão da PMAP que envolvem o planejamento, a organização, a liderança e o controle da administração, e propor, bem como apontar caminhos e soluções para o desenvolvimento e alcance da eficácia e eficiência institucional, compreendendo as seguintes temáticas:</p> <p>Gestão de pessoas focada em sua visão sistêmica que envolve a provisão, a aplicação, o desenvolvimento, a manutenção e o monitoramento:</p>	<p>1.1. Gestão de pessoas focada em sua visão sistêmica que envolve a provisão, a aplicação, o desenvolvimento, a manutenção e o monitoramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento e seleção; • Formação inicial e continuada; • Valorização e saúde preventiva do trabalhador; • Justiça e disciplina; • Condicionamento físico; • Avaliação de desempenho; • Programas de apoio. <p>1.2 - Gestão operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de polícia comunitária; • Estratégia de distribuição e fixação do efetivo; • Condicionamento técnico de tiro; • Análise de procedimentos operacionais; • Organização do padrão de policiamento; • Estudo dos processos de policiamento; • Estudo das modalidades de policiamento; • Ações operacionais complementares. <p>1.3 - Gestão de logística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compras públicas; • Obras públicas; • Controle do patrimônio público; • Armazenamento e distribuição de materiais; • Gestão de frota; • Tecnologia de telefonia, comunicação e informática. <p>1.4 - Gestão de finanças:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planejamento das despesas; • Legislações; • Execução orçamentária. <p>1.5 - Gestão da imagem institucional e comunicação social:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência institucional; • Política institucional e governamental da comunicação social; • Canais de comunicação; • Relação da PMAP com as mídias sociais. <p>1.6 - Gestão da Informação e do conhecimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção, controle e divulgação do conhecimento na segurança pública; • Tecnologia da Informação na atividade estratégica e operacional; • Gestão institucional da informação.
2 - Estudos de Violência, Criminalidade e Sistema de Segurança Pública: visa a produção de estudos e conhecimentos voltados para os fenômenos multifacetados da violência, da criminalidade e da segurança pública relacionados aos desafios e às transformações do mundo contemporâneo e às repercussões na vida das pessoas e seus diversos impactos sociais, econômicos e políticos, compreendendo as seguintes temáticas:	<p>2.1 - Projetos e Programas de Segurança Pública: Trata-se de estudo e análise de projetos ou programas já implantados no Estado do Amapá ou em outras Unidades da Federação;</p> <p>2.2 - Mídia, Violência e Criminalidade;</p> <p>2.3 - Direito e Atuação PM: A atuação policial em face do ordenamento jurídico;</p> <p>2.4 - Direitos Humanos e questões sociais contemporâneas: a diversidade no contexto da atividade policial (Grupos vulneráveis, criança e adolescente, violência doméstica, idosos, entre outros);</p> <p>2.5 - Políticas de controle da violência e da criminalidade;</p> <p>2.6 - Implantação e desenvolvimento dos “novos grandes projetos econômicos” no Estado de Amapá e os impactos no Sistema de Segurança Pública.</p>

21 CERTIFICAÇÃO

Ao concluir todas as etapas do curso com no mínimo 70% (setenta por cento) de aproveitamento, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública. Os respectivos coordenadores encaminharão ao Registro Acadêmico/IFAP os nomes dos acadêmicos que se encontrarem aptos a receber os certificados e toda documentação relativa ao curso.

O certificado será expedido pela Instituição ofertante, em conformidade com a Resolução CNE/CES N°. 01/2007, de 08 de junho de 2007.

O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto na Lei Nº 12.527, bem como com as normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASES. Lei (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº. 9394, Brasília, DF. Título II, Art.2º, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular–BNCC**. Brasília, DF, 2018.

CNE/CES. Resolução Nº. 1 de Pós-graduação *Lato Sensu*, de 08 de junho de 2007.
EAD. Portaria Nº. 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Documento Digitalizado Público

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública.

Assunto: Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública.
Assinado por: Risonete Costa
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Risonete Santiago da Costa, PEDAGOGO-AREA**, em 14/11/2023 19:15:03.

Este documento foi armazenado no SUAP em 14/11/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 83499

Código de Autenticação: b7a634c00a

